



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Lula, Milei e o Mercosul

RICARDO STUCKER/PR/JC



O Itamaraty chamou o embaixador do Brasil na Argentina, Julio Bitelli, para debater a relação entre Brasil e Argentina, após a visita do presidente Javier Milei ao Brasil, onde participou de reuniões políticas, em Santa Catarina, sem seguir o protocolo diplomático de falar com o governo brasileiro. Ele reuniu-se com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e com parlamentares bolsonaristas. O presidente argentino também não participa de reuniões do Mercosul, e tem tido uma relação pouco amistosa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT, foto), apesar da importante parceria comercial entre Brasil e Argentina.

Importância da Argentina

Para Lula, “é uma bobagem imensa o presidente de um país importante como a Argentina não participar de uma reunião com o Mercosul. Agora, uma coisa é verdade: estamos trabalhando o fortalecimento do Mercosul com a Argentina porque acreditamos na importância do país, que é extremamente relevante para o sucesso do Mercosul”.

Dois atores principais do Mercosul

O deputado federal gaúcho Heitor Schuch (PSB), presidente da Comissão Especial das Mudanças Climáticas do Parlasul, questionado sobre as relações Milei e Lula, disse ao **Repórter Brasília** que “o Mercosul tem o mundo dos negócios e das empresas, e com governo ou sem governo, deve ter lá o seu rito normal. Nós vendemos muitas coisas para os argentinos, de outra parte, nós compramos muitas coisas da Argentina, são os dois atores principais, com a maior população”.

Ausência ‘só atrapalha a Argentina’

Na questão política institucional, pontua Heitor Schuch, “o presidente Milei não ir à cúpula do Mercosul só atrapalha a Argentina. Os outros países estiveram reunidos, vão estar reunidos, vão coordenar os trabalhos, e vão fazer os negócios”.

Reunião em Foz do Iguaçu

O deputado Heitor Schuch anunciou que a primeira reunião da Comissão Especial das Mudanças Climáticas do Parlasul será dia 19 de agosto, em Foz do Iguaçu. A próxima reunião será em Assunção, no Paraguai, e depois terá uma reunião em Buenos Aires.

Congresso da Famurs destaca governança e crise climática

Encontro de autoridades municipais gaúchas ocorre até hoje na Capital

/ MUNICIPALISMO

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

O 42º Congresso de Municípios do Rio Grande do Sul iniciou ontem, reunindo autoridades de cidades gaúchas e tem como foco a discussão sobre a reconstrução do Estado frente à calamidade climática ocasionada pelas enchentes de abril e maio. No painel de boas-vindas, prevenção e governança foram ideias que se destacaram na fala dos palestrantes.

O presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Marcelo Arruda, abordou a temática do encontro. “Precisamos nestes dois dias debater e cobrar das nossas lideranças estaduais e federais que ações podemos, além de recuperar, prevenir ou mitigar os efeitos climáticos. Além de construirmos e ajustarmos as obras para serem mais resilientes, precisamos juntos com a nossa sociedade construir cidades mais sustentáveis”, comentou.

A frente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski focou no debate federativo, dando destaque às iniciativas da entidade para a recomposição das finanças municipais. Segundo o dirigente, “estamos aqui testemunhando



IGOR FLAMEL/FAMURS/JC

Gestores também abordaram temas como a recomposição das finanças

talvez o pior período para a gestão pública”.

Nesse aspecto, Ziulkoski defendeu a desoneração da folha no passivo atuarial, considerada por ele a principal fonte de recursos para as prefeituras no momento, visto que não depende do envio de verbas para a União. “Temos que olhar para o nosso lado também, dos municípios”, afirmou.

Já o foco da fala do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, foi a governança, sem a qual, ele acredita não ser possível ter políticas públicas. “É claro que a governança não resolve tudo, mas o País tem que estar preparado para enfrentar o que acontece”, defendeu.

Além deles, estiveram pre-

sentes no painel o assessor da secretaria de Assuntos Federativos, Tiago Braga, que compareceu em nome do governo federal, o deputado estadual Elizandro Sabino (PRD), que representou a Assembleia Legislativa, o presidente da Associação Médica do Rio Grande do Sul (Amrigs), Gerson Junqueira Junior, e o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), Marco Peixoto.

O governador Eduardo Leite (PSDB) tinha sua participação agendada para as 10h da manhã. A fala, entretanto, foi transferida para o final da tarde devido a outra agenda marcada pelo chefe do Executivo. Leite reservou a manhã para apresentar seu pacote de reforma administrativa a aliados da base na Assembleia Legislativa e à imprensa.

Assembleia deve convocar extraordinária na sexta

/ PODER LEGISLATIVO

Bolívar Cavalari
politica@jornaldocomercio.com.br

Com o recesso parlamentar iniciando hoje, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul deve convocar sessão extraordinária na sexta-feira, dia 19, para apreciar e votar um pacote de projetos que reestrutura setores do funcionalismo público do Estado.

De autoria do Executivo e apresentado ontem à imprensa pelo governador Eduardo Leite (PSDB), o pacote consiste em três projetos de lei que preveem a equiparação dos planos de carreira para diferentes órgãos e autarquias, a ampliação dos salários, um reajuste para a se-

gurança pública e a contratação de servidores temporários.

O recesso parlamentar inicia nesta quarta e se estende até o dia 31 de julho. Para votar os projetos de Leite nesse período, a Assembleia precisa convocar sessão extraordinária. A previsão é que o governo do Estado envie os projetos ao parlamento hoje e a extraordinária para apreciá-los seja convocada para a sexta-feira.

O governador afirma que há um caráter de urgência para a votação deste pacote em função da perda de arrecadação após as enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em maio. Conforme Leite, há o risco de que essa redução na captação de recursos para o Estado resulte no desenquadramento

do limite prudencial das contas do RS, o que impossibilitaria a aprovação dos projetos no caso de serem enviados à Assembleia após o recesso.

Na sessão de ontem, última antes da paralisação das atividades parlamentares, a Assembleia aprovou oito proposições. Entre elas, a matéria que institui a Política de Albergues Prisionais para Mulheres no Estado; a que reorganiza serventias extrajudiciais em diversos municípios; a que inclui o patinete como meio de mobilidade urbana sustentável; dois projetos do Poder Executivo que tratam da transferência a municípios de segmentos de rodovias; e três requerimentos relativos ao recesso parlamentar.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade